

Emendas são obras de ficção

*José Ramos e
Ribamar Oliveira*

BRASÍLIA — A Caixa Econômica Federal está com seus financiamentos habitacionais suspensos desde o final do governo Sarney, porque não tem dinheiro para atender aos pedidos que chegam diariamente às suas agências. Com a queda acentuada nos depósitos em poupança após o Plano Collor, a CEF foi socorrida recentemente pelo Banco Central, que injetou na instituição Cr\$ 120 bilhões. Apesar disso, o deputado João Carlos Bacelar (PMDB-BA), da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, apresentou emenda ao orçamento da União para 1991 determinando a construção em Salvador de uma sede luxosa da Caixa, com 41 mil metros quadrados, pela bagatela de Cr\$ 7,2 bilhões, a preços de dezembro, quantia suficiente para construir quase 10 mil casas populares. Mesmo com a oposição da deputada Irma Passoni (PT-SP), a emenda foi parcialmente acolhida: aprovou-se um terço da verba solicitada, embora os parlamentares saibam que a quantia será insuficiente para realizar a obra.

Exemplos como esse, que mostram o irrealismo com que os parlamentares tratam o orçamento da União, podem ser encontrados com relativa facilidade entre as 13.356 emendas apresentadas. Os absurdos são tão grandes que deixam a impressão de que os deputados e senadores, ao votar o orçamento, participam na verdade de um teatro de ficção. O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) remanejou uma verba de Cr\$ 2,4 bilhões, originalmente destinada à Petrobrás Internacional, para a construção de duas escolas técnicas no Rio de Janeiro, uma em Macaé e outra em Campos (Norte Fluminense). Enquanto isso, a verba destinada à construção do aeroporto de Rio Claro (SP) foi de apenas Cr\$ 48 milhões e todo o dinheiro destinado à Secretaria de Ciência e Tecnologia não passou de Cr\$ 1,3 bilhão.

Depois de protestos da bancada baiana na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, o deputado Miro Teixeira aceitou reduzir seu pedido de verba para Cr\$ 1,6 bilhão. Os restantes Cr\$ 800 milhões foram deslocados para a construção de uma escola técnica no Pólo Petroquímico de Camaçari. "O Congresso quer discutir o varejão", diz o deputado César Maia (PDT-RJ). "Mas colocar uma verba no orçamento não garante que ela seja liberada efetivamente, isso é uma ilusão. Tudo vai depender de um lobby posterior no Executivo", explica. Para Maia, a função do Legislativo seria discutir a política fiscal.

Ridículo — O irrealismo com que é tratada a peça orçamentária tem origem no próprio Executivo. Mesmo com todo o discurso de redução de gastos públicos e de corte de despesas do governo federal, o orçamento da União para 1991 destina Cr\$ 1,47 bilhão e Cr\$ 692 milhões para a construção dos edifícios-sede do Banco Central em Curitiba e Recife. Se alguns gastos programados são questionáveis, outros parecem ridículos, por serem dotações insuficientes para qualquer coisa. No orçamento do

Ministério da Ação Social consta, por exemplo, uma verba de Cr\$ 1,2 milhão para o sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos na Região Sudeste. Igual quantia foi alocada para a infra-estrutura urbana na Região Sudeste.

A deputada Irma Passoni, relatora do orçamento setorial de Ciência e Tecnologia, questiona o critério adotado pelo Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (CNPq), ao destinar recursos para que a Universidade Federal de Minas Gerais desenvolva pesquisa sobre o efeito da idade de desmame sobre o desenvolvimento de potros da raça mangalarga marchador. Ou a destinação de recursos para a Universidade Estadual Paulista gastar numa pesquisa sobre o efeito do processamento do grão de soja sobre o desenvolvimento de leitões. "Não sabemos se essas pesquisas são realmente prioritárias e se esses recursos serão efetivamente aplicados", queixa-se a deputada.

Em ofício de 27 de novembro, encaminhado ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, informava que o orçamento foi elaborado com a previsão de que o Produto Interno Bruto (PIB) do país crescerá 3% em 1991. Na apresentação da proposta de renegociação da dívida aos credores externos, o governo projetou crescimento nulo para o PIB, e, neste final de ano, os assessores governamentais já trabalham com a hipótese de recessão. O resultado disso é a introdução de mais um componente de irrealismo nessa ficção orçamentária, encenada pelo Executivo e o Legislativo: as receitas efetivas da União em 1991 provavelmente serão inferiores às previstas no orçamento, porque elas estão diretamente relacionadas ao nível da atividade econômica.

Descoberta — Talvez desconhecendo o quadro recessivo traçado pelos economistas para o próximo ano, o deputado Nyder Barbosa, responsável pelo parecer sobre a receita orçamentária, concluiu que o governo havia subestimado uma série de itens da receita e "descobriu" que faltavam no orçamento mais Cr\$ 752 bilhões a preços de maio, ou Cr\$ 1,8 trilhão a preços de dezembro. Seu relatório foi aprovado pela Comissão. "Creio que não há possibilidade de que se concretize o aumento de receita previsto pela Comissão Mista. Aliás, duvido até mesmo que se concretize uma parte da receita prevista no orçamento elaborado pelo Executivo", reage o deputado José Serra (PSDB-SP).

"Supondo que o PIB crescerá 3% em 1991, o governo acredita que sua arrecadação tributária aumentaria cerca de 8%, e a Comissão Mista do Congresso acredita que aumentaria cerca de 17%. Como é possível isso?", pergunta atônito o parlamentar paulista. Para ele, as perspectivas ruins quanto à evolução da renda, dos salários, dos lucros, da produção e do emprego no país, bem como os precedentes históricos, "não permitem mesmo dentro do mais esfuizantemente otimista dos cenários, supor um crescimento real tão elevado das receitas federais".